COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO

CNPJs: 09.062.893/0001-74 e 09.062.893/0002-55

Relatório de Administração - 2016

Contexto Histórico: A Companhia Docas de Sebastião é uma sociedade de economia mista constituída em 3 de setembro de 2007, em observância ao Decreto-lei nº 63, de 15 de maio de 1969, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 52.102, de 20 de agosto de 2007. As atividades desenvolvidas pela Companhia são decorrentes de Convênio de Delegação, celebrado entre a União e o Estado de São Paulo em 15 de julho de 2007. Tal convênio prevê a administração e exploração do Porto Organizado de São Sebastião, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com o objetivo de exercer as atribuições exaradas no artigo 17 da Lei Federal n° 12.815, de 5 de junho de 2013. Essa iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista. **Desempenho Operacional:** Em 2016, foram atracados 97 navios no berço 101 e 1075 embarcações de menor porte nos demais berços internos, nos quais foram movimentadas 606.776 toneladas de cargas, o que representa decréscimo de 15,7% comparado a 2015, quando houve movimentação de 720.108 toneladas de cargas. Tais números representam uma taxa de ocupação de 49,48% (ou 180,62 dias) do berço principal (101). Do total de carga movimentada, 511.038 toneladas são referentes à importação e 95.738 toneladas referentes à exportação. Os principais granéis sólidos movimentados no ano foram barrilha, 269.424 toneladas; malte e cevada, 124.037 toneladas; sulfato de sódio, 82.800 toneladas e ulexita, 20.270 toneladas. Também merece destaque a movimentação de veículos, que atingiu 49.167 unidades, sendo 39.208 unidades destinadas à exportação e 9.959 unidades à importação. Esses números são 20,3% superiores aos 40.851 veículos movimentados no ano de 2015. Já no Terminal Privativo da Petrobras - TEBAR, operado pela Transpetro, o movimento foi equivalente a 47,08 milhões de toneladas de granéis líquidos, transportados em 579 navios durante todo o ano de 2016. **Balança Comercial:** Conforme informações obtidas junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Porto de São Sebastião atingiu a 15ª colocação dentre os portos brasileiros em participação no comércio do país.

	2014		2015		2016		%
Portos	**U$ bi.**	**Participação %**	**U$ bi.**	**Participação %**	**U$ bi.**	**Participação%**	**2016/2015**
Santos/SP	116	25,6%	99,5	27,5%	92,1	28,4%	-7,4%
Paranaguá/PR	30,6	6,7%	25,7	7,1%	24,6	7,5%	-4,2%
Vitória/ES	27	5,9%	19,6	5,4%	14,2	4,3%	-27,5%
Rio Grande/RS	20	4,4%	18	5,0%	16,0	4,9%	-11,1%
Sepetiba/RJ	25,5	5,6%	17,3	4,8%	14,9	4,6%	-13,8%
Rio de Janeiro/RJ	19,2	4,2%	14,4	4,0%	10,3	3,2%	-28,4%
São Luís/MA	19,7	4,3%	13,9	3,8%	12,1	3,7%	-12,9%
Itajaí/SC	16,7	3,7%	13,1	3,6%	12,2	3,8%	-6,9%
São Francisco do Sul/SC	15,9	3,5%	13	3,6%	10,2	3,1%	-21,5%
São Sebastião/SP	**13,8**	**3,0%**	**6,6**	**1,8%**	**3,8**	**1,3%**	**-42,4%**
Outros	149	32,9%	121,3	33,5%	114,0	35,2%	-6,0%

2016/2015. Fonte: Sistema Alice (MDIC)

Cenário Econômico e Financeiro: O ano de 2016 foi novamente marcado por acentuada deterioração no cenário econômico brasileiro, com queda da confiança quanto ao desempenho da economia em função da volatilidade persistente e redução das projeções relativas aos principais indicadores macroeconômicos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve retração de 3,6% do Produto Interno Bruto em relação a 2015, com recuo das atividades agropecuárias, bem como na indústria e no setor de serviços. Já a inflação registrou acumulo medido pelo Índice de Preços Amplo ao Consumidor (IPCA) de 6,29% nos 12 meses encerrados em dezembro de 2016, uma acentuada queda em relação ao ano anterior. Por outro lado, relatório da Organização das Nações Unidas "World Economic Situation and Prospects 2017" estima que a economia global tenha crescido 2,2% em 2016, mantendo perspectiva positiva para os próximos anos, com a indicação de estabilidade econômica. Porém, a forte desaceleração de importantes setores da economia brasileira, como óleo e gás, construção e infraestrutura continua afetando diretamente as operações portuárias, impactando negativamente nos investimentos. No caso de São Sebastião, a redução nos investimentos da Petrobrás, afetados pela manutenção de baixos valores do barril de petróleo no mercado internacional, e ainda por investigações em sua gestão, acarretou em perspectiva desfavorável para operações offshore. Também, reitera-se o pedido de recuperação judicial da empresa Schahin Engenharia S.A., com a qual a Companhia mantinha contrato de uso temporário de área dentro do Porto Organizado. As maiores expectativas para as operações no Porto de São Sebastião continuam fundadas na diversificação, especialmente com a navegação de cabotagem, e também no aumento das exportações de veículos, em razão do câmbio desvalorizado e de acordos comerciais firmados pelo governo brasileiro com países da América Latina para a indústria automotiva. Além disso, foram mapeadas oportunidades de negócio com a expansão da movimentação de barrilha, cargas de projetos e novos projetos siderúrgicos da região do Vale do Paraíba. Em 2016, a receita bruta consolidada alcançou R$ 15,88 milhões, registrando piora no desempenho em relação a 2015 (R$ 22,97 milhões), o que representou queda de 30,8% em relação ao exercício anterior.

Comparativos

Tabelas	**2014**	**2015**	**2016**	**2016/ 2015**
Tabela I	R$ 5.682.915,62	R$ 6.158.818,02	R$ 5.668.501,90	-7,96%
Tabela II	R$ 1.944.176,08	R$ 1.659.129,17	R$ 1.519,656,46	-8,41%
Tabela III	R$ 3.479.696,51	R$ 3.512.012,93	R$ 3.389.237,72	-3,50%
Tabela IV	R$ 10.747.868,30	R$ 11.281.386,53	R$ 5.105.565,06	-54,74%
Tabela V	R$ 816.659,85	R$ 364.946,40	R$ 205.585,22	-43,67%
Total	**R$ 22.671.316,36**	**R$ 22.976.293,05**	**R$15.888.455,36**	**-30,85%**

Cargas (toneladas)	**2014**	**2015**	**2016**	**2016/ 2015**
Granéis sólidos	596.522,590	529.713,720	496.532,17	-6,26%
Siderúrgicos	51.119,014	120.406,999	16.454,6	-86,33%
Veículos	60.850,280	51.446,496	59.688,434	16,02%
Contêineres	1.426,680	856,291	424,82	-50,39%
Animais/ração	5.714,121	1.003,680	15.694,8	1.463,73%
Cargas projeto	9.215,374	9.107,686	3.175,997	-65,13%
Apoio portuário	5.625,022	7.573,853	4.805,671	-36,55%
Total	**730.473,081**	**720.108,725**	**606.776,494**	**-15,74%**

Importante reiterar que houve perda de receitas pela rescisão de contrato de uso temporário de área dentro do Porto Organizado já mencionado. Também, a desaceleração da economia pelo terceiro ano consecutivo reduziu o período de armazenamento de cargas no porto, conforme pode ser observado nas receitas da Tabela IV. Merece destaque que no exercício de 2016 a Agência Reguladora de Transportes Aquaviários (ANTAQ) não autorizou a aplicação de recomposições tarifárias. Somente em 8 de março de 2017 aquela agência Reguladora autorizou novo reajuste, que deverá refletir nas receitas do exercício de 2017. **Investimentos:** Em 2016, a Companhia Docas de São Sebastião investiu o montante de R$ 10,02 milhões em infraestrutura portuária, frente a R$ 26,1 milhões investidos no ano anterior. Foram concluídas a implantação de sistema de segurança de monitoramento por câmeras e controle de acesso para certificação ISPS CODE (código de segurança internacional) e o sistema de combate a incêndio no Porto de São Sebastião, que garantirá conformidade com a legislação alfandegária e normas de segurança (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), além da construção de edificações de controle operacional (guaritas de guarda portuária e balanças rodoviárias) e adequação da edificação do Órgão Gestor de Mão de Obra, com a construção de vestiário e guarita. **Dependência:** Em função da perda de cerca de 30% (trinta por cento) da receita em função das dificuldades macroeconômicas do país, juntamente com o cancelamento de projetos de óleo e gás e redução substancial de outras cargas, a Diretoria adotou medidas agressivas na prospecção e captura de novos clientes. Além disso, nos últimos dois anos foram concretizadas diversas ações para a redução do custeio da Companhia, como diminuição de horas extras e redução nos contratos terceirizados. O último resultado alcançado foi redução de 20% (vinte por cento) nos contratos terceirizados, calculados sobre as despesas de 2014. Foram cancelados os contratos de telefonia móvel e copeiragem, bem como foram reduzidos os contratos de recepção, limpeza, cópias reprográficas, assistência jurídica especializada, serviços técnicos de informática, dentre outros. Ainda, parte do contrato de vigilância foi substituída por serviços de portaria. No entanto, em 9 de dezembro de 2016 foi editada a Lei Estadual nº 16.334, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 62.331, de 20 de dezembro de 2016, que autorizou a abertura de crédito especial no valor de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para pagamento de despesas de Pessoal e Encargos da Companhia, em razão de descompasso financeiro entre receitas e despesas no exercício de 2016. E, diante do cenário não favorável para o exercício de 2017, foram autorizados R$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil reais) na Lei Orçamentária Anual de 2017, o que tornou a Companhia Docas de São Sebastião dependente do Tesouro do Estado. **Gestão Ambiental:** O Porto vem mantendo seu compromisso em garantir a melhoria contínua na gestão ambiental, por meio de investimentos e ações voltadas para a área ambiental. A Agência Reguladora de Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgou os resultados do Índice de Qualidade de Gestão Ambiental em Portos Organizados (IQGAPO), tornando possível a verificação da melhoria contínua e desempenho ambiental de excelência. Isso porque houve expressiva melhora nos índices ao longo dos últimos anos, **consolidando o porto na primeira posição dentre os 29 portos analisados pela ANTAQ, pelo segundo ano consecutivo, alcançando 99,37 de um total de 100 pontos possíveis na avaliação.** Os investimentos realizados atenderam às especificações estabelecidas na Licença de Operação nº 908/2010, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a regularização do Porto Organizado, em 9 de fevereiro de 2010, na qual são apresentadas as condicionantes para a realização das atividades de gestão e operações portuárias realizadas na área do Porto Organizado de São Sebastião. E, em atendimento a Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e Resolução CONAMA nº 306, de 5 de julho de 2002, a próxima auditoria ambiental compulsória bianual será realizada em 2017, não tendo sido necessária em 2016, uma vez que a última ocorreu no ano de 2015 e o resultado final não apontou nenhuma não conformidade. Está sendo mantido o monitoramento da qualidade ambiental, avaliadas as condições oceanográficas, biológicas e químicas, que abrangem as instalações do Porto e entorno, incluindo todo o Canal de São Sebastião. Ambientes como córregos, manguezais, costões rochosos, praias, água e sedimentos marinos fazem parte do escopo de monitoramento. Em 2016 a Companhia provocou formalmente junto ao IBAMA a necessidade de ajustes no escopo e abrangência dos monitoramentos, de um lado pelo histórico favorável com base em 05 anos de monitoramento onde não se verificou alterações na qualidade ambiental da área monitorada pela Companhia, e por outro por conta dos altos custos associados à execução de todos os planos e programas ambientais. No de 2016 foram mantidas ainda as ações de capacitação dos recursos humanos da comunidade portuária sebastianense, por meio o "Programa de Capacitação Integrada", oferecido gratuitamente pela empresa a todos os funcionários ligados à Comunidade Portuária (Autoridade Portuária, Trabalhadores Portuários Avulsos e tomadores de serviços), incluindo Fundação Florestal, Defesa Civil, Secretarias de Meio Ambiente dos municípios, com abrangência às áreas de gestão ambiental, saúde e segurança no ambiente portuário, entre outras. De igual forma, as ações fundamentais para o atendimento das condicionantes do Plano de Emergência Individual - PEI (Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000; Resolução CONAMA nº 398, de 11 de junho de 2008) e do Plano de Controle de Emergências - PCE (NR nº 29), foram mantidas pelo Centro de Atendimento a Emergências Ambientais no interior do Porto, por meio de embarcações, viaturas e equipamentos para combate a incêndio, emergências químicas e vazamento de óleo no mar. **Sistema de Gestão Ambiental - ISO 14.001/2014:** Em 2016 o Porto de São Sebastião manteve a certificação da norma NBRISO 14.001/2004, obtida em 2015 e reconhecida internacionalmente, tornando-se o primeiro porto público do país, dentre os 37 em operação, a ter essa certificação. A adesão e certificação à ISO 14.001 são voluntárias e comprova o desempenho da gestão ambiental da Companhia, por meio do controle dos aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades desenvolvidas, desde o consumo de recursos naturais (água, energia e papel) até os efluentes, isto é, resíduos sólidos e emissões atmosféricas. Também são considerados o controle, prevenção, mitigação, monitoramento e contingência da poluição ambiental. Além disso, faz parte do escopo da certificação todas as atividades exercidas pela Companhia, incluindo a exploração do Porto Organizado, gestão da infraestrutura, fiscalização das operações, programas de capacitação ambiental para os funcionários e a melhoria continua do Sistema de Gestão Ambiental. **Plano de Área:** O Porto de São Sebastião passou a contar com o primeiro Plano de Área de um Porto Organizado no país aprovado pelo IBAMA e pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Anualmente, são realizados exercícios simulados práticos do Plano de Emergência Individual do Porto, acompanhados por avaliadores de diversas instituições (IBAMA, CETESB, Marinha do Brasil e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Sebastião) que aprovaram o desempenho obtido. **Gestão de Recursos Humanos:** O Quadro de Pessoal da Companhia foi aprovado em 23 de junho de 2010, compreendendo 98 (noventa e oito) posições, sendo 13 (treze) cargos de livre provimento e 85 (oitenta e cinco) cargos permanentes. Em 26 de fevereiro de 2014, com base na manifestação jurídica favorável da Procuradoria Geral do Estado (PGE), foi aprovado o novo Quadro de Pessoal, fixado em 152 (cento e cinquenta e duas) posições, sendo 13 (treze) de livre provimento e 139 (cento e trinta em nove) de cargos permanentes, de forma a incluir 54 (cinquenta e quatro) funcionários (cedidos) do Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), por sucessão trabalhista, a serem extintos na vacância. No entanto, o quadro apresentado é insuficiente para atendimento das demandas portuárias, em especial àquelas relativas à guarda portuária; e direitos trabalhistas, como intervalo interjornada e horas extras habituais. Nessa esteira, destacam-se as discrepâncias ocorridas após a sucessão trabalhista, como as relacionadas aos casos de funções semelhantes e salários diferentes, ou aqueles acerca de cargos de origem que foram extintos. A situação descrita requer novo plano de cargos e salários, com efeito imediato na mitigação de litígios trabalhistas, e, nesse sentido, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, datada de 23 de dezembro de 2014, proposta de estudos de reestruturação da Companhia, e que deverá ser submetida à análise e aprovação dos órgãos estaduais competentes. Porém, diante das perspectivas negativas no panorama econômico, e da edição do Decreto Estadual nº 61.466, de 2 de setembro de 2015, que veda a contratação de pessoal, a mudança desse cenário fica comprometida. Abaixo, quadro de empregados da Companhia Docas de São Sebastião em 31/12/2016.

	Posições	**Total**
Permanentes	Concursados - CLT	36
SucessãoTrabalhista	Sucessão	42
	Sucessão - Aposentadoria por Invalidez	3
	Reintegração	10
Livre Provimento		12
Total		**103**

Desenvolvimento Corporativo: Uma das principais realizações no âmbito da estratégia corporativa da Companhia foi a definição, aprovação e divulgação entre a comunidade portuária da Missão, Visão e Valores da empresa, tendo como conteúdo:

Missão	Exercer as funções de autoridade e administração portuária consolidando o Porto de São Sebastião como alternativa logística de transporte de cargas na região sudeste do país.
Visão	Ser referência na prestação de serviços portuários, com qualidade, agilidade, segurança e sustentabilidade, atendendo às necessidades da sociedade e do planeta.
Valores	**Integridade:** Atuar de forma íntegra, ética e coerente com a missão e visão da Companhia; **Qualidade:** Adotar e comprometer-se com programas e práticas que promovam o desenvolvimento urbano, econômico e socioambiental da região; **Participação:** Promover um clima de respeito e confiança recíproca, integrando todas as partes envolvidas no negócio da Companhia - funcionários, clientes, fornecedores, parceiros e a sociedade; **Responsabilidade Ambiental:** Atuar de forma responsável, planejada e sustentável, preservando o meio ambiente, a saúde e segurança de toda a comunidade portuária; **Compromisso com Resultados:** Cumprir sistematicamente, com os objetivos da Companhia, garantindo assim a excelência e melhoria contínua do negócio.

Ampliação do Porto: O desenvolvimento do Porto de São Sebastião apoia-se em duas frentes: a) na requalificação da infraestrutura existente - que se materializa, no médio e no curto prazo - restabelecendo e ampliando as condições mínimas de competitividade de São Sebastião no cenário portuário e; b) na ampliação da área do Porto Organizado e sua infraestrutura mediante a realização de arrendamento portuário, incluindo os acessos rodoviários e as interfaces com o município de São Sebastião - Plano Integrado Porto-Cidade (PIPC). A ampliação da área do Porto e sua infraestrutura serão realizadas de forma sustentável. Serão utilizadas tecnologias e um modelo de planejamento e gerenciamento que levam em consideração todas as variáveis ambientais e socioeconômicas, de modo a contribuir com o meio ambiente, turismo, economia e desenvolvimento social da região. O projeto de ampliação prevê a execução das obras de ampliação de modo faseado e dependem da realização de licitação para arrendamento do terminal multicargas, que compreende a construção do terminal de contêineres no pátio 4 (existente) e a construção de dois novos berços de atracação e do pátio 5 (futuro). Atualmente, a Companhia aguarda a realização de nova Audiência Pública, conforme procedimento licitatório da Secretaria de Portos (SEP) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para que, então, seja submetida ao Tribunal de Contas da União (TCU) toda documentação relativa ao arrendamento (estima-se que, após a liberação do TCU, a licitação possa ocorrer em 30 dias). O terminal do Porto de São Sebastião pertence ao bloco 02 de arrendamentos portuários da SEP. Os documentos referentes ao bloco 01 se encontram em análise no TCU desde meados de dezembro de 2013, sendo que alguns terminais já foram licitados. A previsão de receita é de aproximadamente R$ 36 milhões anuais, além do acréscimo de tarifas portuárias. A duração do contrato tem prazo de 25 anos. Em 17 de dezembro de 2013 a Companhia Docas de São Sebastião recebeu do IBAMA a Licença Prévia nº 474/2013 para as fases 1 e 2 do projeto de ampliação do Porto, o que possibilita que sua área portuária passe dos atuais 400 mil m² para 800 mil m². O investimento previsto nessa etapa é de R$ 3,2 bilhões de reais. A referida licença contempla obras importantes para o desenvolvimento portuário, como a construção dos berços 2, 3, 4, 5 e 6. Cada berço terá cerca de 300m de comprimento por 40m de largura, profundidade mínima de 16m e será destinado a navios de última geração, com capacidade para até nove mil TEUS, que atualmente possuem restrição para atracação em São Sebastião ou Santos, por conta de seu porte e calado. Para o primeiro arrendamento está previsto o pacote de obras que inclui ainda a construção de um terminal multicargas em uma área de 253.860m² e dois novos berços de atracação para operação de navios que transportam veículos e cargas gerais (que podem vir em contêineres ou não) como peças, carga de projeto, paletes entre outros. Por fim, será construída uma portaria (gate) de acesso mais moderna, interligando a Rodovia dos Tamoios e o contorno viário Sul com o gate. Também será construído um pátio com 15.700m2 para estacionamento que se destinam ao porto, sem que represente transtorno para o trânsito local. **Suspensão da Licença Prévia:** Em 28 de maio de 2014 foi proposta ação civil pública (Processo nº 0000398-59.2014.403.6135) pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia Docas de São Sebastião e do IBAMA, em trâmite perante a 1ª Vara da Justiça Federal de Caraguatatuba/SP. O pedido liminar de suspensão do processo de licenciamento ambiental foi deferido em 11 de julho de 2014. Por sua vez, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento em 22 de agosto de 2014 a fim de reformar esta decisão. Em 12 de novembro de 2014 foi realizada audiência de conciliação, que restou infrutífera. Em 22 de fevereiro de 2015 foi proferida decisão que deferiu parcialmente o efeito suspensivo postulado, sendo reconhecida a necessidade de complementação do EIA/RIMA EIA/RIMA no tocante à: i) análise dos impactos cumulativos e sinergéticos entre o empreendimento objeto de licenciamento e a ampliação do TEBAR; ii) apresentação da autorização de Licenciamento Ambiental das Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo empreendimento e; iii) apresentação de alternativas menos impactantes em relação ao manguezal do Araçá. Paralelamente, também foi interposto Agravo de Instrumento pelo Ministério Público Federal. Em 19 de fevereiro de 2015 foi publicada decisão que deferiu parcialmente a antecipação da tutela postulada, sendo reconhecida a necessidade da complementação do EIA/RIMA no tocante aos pedidos anteriormente citados. Em 20 de julho de 2015 foi distribuído, perante o Superior Tribunal de Justiça, pedido de suspensão das liminares supracitadas. Em 20 de novembro de 2015 foi proferida decisão pelo Presidente da referida Corte Superior, entendendo pelo indeferimento do pleito. Já em 13 de abril de 2016 foi proferida sentença que julgou procedente o pedido para invalidar a Licença Prévia nº 477/2013 e condicionou a emissão de nova licença prévia à complementação do EIA/RIMA. E, em 4 de maio de 2016, a Fazenda Estadual adentrou no processo como assistente litisconsorcial. Em 27 de julho de 2016 foi protocolado recurso de apelação da Companhia Docas de São Sebastião. Nesse período sobrevieram embargos e petições tanto do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e IBAMA. Em 21 de fevereiro de 2017 houve manifestação do juízo solicitando posicionamento do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual informando nos autos sobre eventual tratativa/proposta de acordo apresentada por parte da Companhia Docas de São Sebastião, e, em caso positivo, em que estado se encontra, bem como intimando a Companhia Docas de São Sebastião para manifestação, no mesmo prazo, sobre eventual tentativa/proposta de acordo. Em 3 de março de 2017 os autos foram remetidos ao Ministério Público e lá se encontram até o momento. **Atendimento ao Cidadão e Transparência:** Todo e qualquer cidadão ou usuário pode solicitar informações e esclarecimentos, bem como efetuar denúncias, críticas ou elogios relativos às ações da Administração do Porto e seus colaboradores, por meio dos canais de atendimento, **"Fale Conosco"**, **"Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)"** e **"Ouvidoria"**, todos acessíveis pelo sítio eletrônico do Porto de São Sebastião www.portodesaosebastiao.com.br. Os atendimentos seguem o disposto em normas estaduais e na Lei de Acesso à Informação, instituída pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e regulamentada no âmbito estadual pelo Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012. No ano de 2016 foram realizados 175 atendimentos: **Fale Conosco:** 128 atendimentos, **Serviço de Informações ao Cidadão (SIC):** 34 atendimentos, **Ouvidoria:** 13 atendimentos. Por fim, o sítio do Porto disponibiliza todas as informações relativas à sua administração e funcionamento, dentre elas informações institucionais, tarifas, programação de navios, estudos técnicos, monitoramento ambiental, projetos de expansão, contratações, licitações e estatísticas.

São Paulo/SP, 9 de abril de 2017

Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho - Diretor Presidente

Felipe Elias Miguel - Diretor de Administração e Finanças

Alfredo Mariano Bricks - Diretor de Gestão Portuária

continua...

COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO - CNPJs: 09.062.893/0001-74 e 09.062.893/0002-55

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante			
Caixa e Bancos	4	167.038	165.446
Aplicações Financeiras	4	1.036.092	3.133.016
Clientes	5	3.412.423	130.915
(-) Provovisão para Devedores Duvidosos	5	(2.087.034)	–
Tributos a Recuperar	6	682.551	1.547.630
Despesas Antecipadas		5.585	185.176
Almoxarifado		63.592	218.975
Deposito Judicial		281.431	234.448
Adiantamentos		33.115	48.739
		3.594.793	**5.664.346**
Não Circulante			
Realizavel a Longo Prazo	7	10.711.759	9.748.111
Imobilizado	8	239.945.010	234.828.132
Intangível	9	35.397.474	36.837.895
		286.054.243	**281.414.138**
Total do Ativo		**289.649.036**	**287.078.484**

Passivo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo Circulante			
Convênio-DERSA	11	–	26.644
Fornecedores	12	5.989.773	1.803.535
Juros sobre Capital Proprio		106	106
Contas a Pagar		–	70.662
Tributos a Recolher	13	220.140	154.685
Encargos Sociais Recolher	14	491.438	554.088
Provisões de Férias a Pagar	15	1.013.924	1.145.620
Adiantamento de Clientes		803.336	100.157
Salários a Pagar	20	1.658.030	–
		10.176.747	**3.855.497**
Não Circulante			
Convênio-DERSA	11	5.030.283	5.103.322
Verbas da União / Estado		–	237.885
Crédito de Clientes		79.293	925.489
Provisão para Riscos Trabalhistas	16	3.578.268	4.289.342
		8.687.844	**10.556.038**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	17.748.161	17.748.161
Adiantemento para Futuro Aumento de Capital	17	278.837.984	268.811.733
Prejuízos Acumulados		(25.801.700)	(13.892.945)
		270.784.445	**272.666.949**
Total do Passivo		**289.649.036**	**287.078.484**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro 2016 e 2015

Receita de Vendas	Nota	2016	2015
Receitas de Serviços Prestados		**17.294.734**	**20.260.526**
Deduções da Receita Bruta			
(-) Impostos e Contribuições sobre Serviços Prestados		(2.297.459)	(2.752.910)
Receita Operacional Líquida		**14.997.275**	**17.507.616**
Custo de Serviços Prestados			
Custos Operacionais	18	(14.966.922)	(17.271.363)
Lucro Bruto		**30.353**	**236.253**
Despesas Operacionais		**(15.699.767)**	**(12.126.071)**
Despesas Administrativas	18	(15.673.336)	(12.610.702)
Despesas/Receitas Financeiras	19	(26.431)	484.631
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		**(15.669.414)**	**(11.889.817)**
Corrente			
Diferido		3.760.659	4.897.997
Lucro (Prejuízo) do Exercício		**(11.908.755)**	**(6.991.820)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultado Abrangente em 31 de Dezembro 2016 e 2015

	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	**(11.908.755)**	**(6.991.820)**
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**(11.908.755)**	**(6.991.820)**
Resultado abrangente total, atribuído a:		
Participação dos Acionistas Controladores	**(11.908.755)**	**(6.991.820)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2016 e 2015

Atividades Operacionais	2016	2015
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	(11.908.755)	(6.991.820)
(+) Depreciações e amortizações	7.897.282	4.588.411
(+) Despesas de Juros de Longo Prazo	–	–
(+) Provisão para Riscos Trabalhistas	(711.074)	2.716.920
(+) Reversão de Ajustes AVP		
(-) Créditos Fiscais Diferidos	–	(4.897.997)
	(4.722.547)	**(4.584.486)**
(Aumento) Redução em Contas a Receber	(1.194.474)	2.872.745
(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	865.079	1.051.834
(Aumento) Redução em Adiantamentos	15.624	61.828
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	179.591	(19.578)
(Aumento) Redução em Deposito Judicial	(46.983)	(80.790)
(Aumento) Redução em Almoxarifado	155.383	(60.263)
(Aumento) Redução em Realizável a Longo Prazo	(963.648)	(2.797.012)
Aumento (Redução) em Convênio Dersa (Circulante)	(26.644)	13.174
Aumento (Redução) em Fornecedores	4.186.238	(1.507.746)
Aumento (Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	65.455	(16.167)
Aumento (Redução) em Encargos Sociais a Recolher	(62.650)	41.467
Aumento (Redução) em Férias a Pagar	(131.696)	303.174
Aumento (Redução) em Contas a Pagar	(70.662)	(7.145)
Aumento (Redução) em Adiantamento de Clientes	703.179	(36.976)
Aumento (Redução) em Salários a Pagar	1.658.030	–
Aumento (Redução) em Verbas da União	(237.885)	(26.644)
Aumento (Redução) em Crédito de Clientes	(846.196)	298.934
Caixa Líquido Gerado nas Atividade Operacionais	**(474.806)**	**(4.493.651)**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(7.018.381)	(16.440.232)
Aquisição de Intangível	(4.555.357)	(8.940.850)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(11.573.738)**	**(25.381.083)**
Atividades de Financiamento		
Aumento (Redução) em Dersa Convenio	(73.039)	–
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.026.251	26.116.982
Capital Social Aumento		
Caixa Líquido Proveniente das nas Atividades de Financiamento	**9.953.212**	**26.116.982**
Aumento (Redução) Líquida do Saldo de Caixa e Equivalentes	**(2.095.332)**	**(3.757.752)**
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Incio do Exercício	3.298.462	7.056.214
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Final do Exercício	1.203.130	3.298.462
Aumento Líquido de Caixa	**(2.095.332)**	**(3.757.752)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro 2016 e 2015

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízo Acumulado	Total (Em Reais)
Saldos 31/12/2014	**17.748.161**	**242.694.751**	**(6.901.125)**	**253.541.787**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	–	26.116.982	–	26.116.982
Prejuízo do Exercício	–	–	(6.991.820)	(6.991.820)
Saldos 31/12/2015	**17.748.161**	**268.811.733**	**(13.892.945)**	**272.666.949**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	–	10.026.251	–	10.026.251
Prejuízo do Exercício	–	–	(11.908.755)	(11.908.755)
Saldos 31/12/2016	**17.748.161**	**278.837.984**	**(25.801.700)**	**270.784.445**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 2016

1. Contexto Operacional: A Companhia foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição por Subscrição Particular, realizada em 3 de setembro de 2007 e devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 6 de setembro de 2007. As atividades desenvolvidas pela Companhia são decorrentes de Convênio de Delegação, celebrado entre a União e o Estado de São Paulo em 15 de julho de 2007. Tal convênio prevê a administração e exploração do Porto Organizado de São Sebastião, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com o objetivo de exercer as atribuições exaradas no artigo 17 da Lei Federal n° 12.815, de 5 de junho de 2013. Essa iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade, cuja conclusão ocorreu em 13 de abril de 2017. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Tais pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram observadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1. Apuração do Resultado:** As receitas, custos e despesas são registrados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **3.2. Caixa e Equivalente de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço, bem como contas garantidas (Nota nº 4). **3.3. Ajuste a Valor Presente de Ativos:** Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Sociedade conclui que o ajuste a valor presente de ativos monetários circulantes e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por tal razão não foram registrados. **3.4. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias: **a) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados em: (i) ativos financeiros a valor justo por meio de resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Sociedade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial. **b) Passivos financeiros:** São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio de resultado, empréstimos e financiamentos, ou derivativos classificados como instrumento de *hedge*, conforme o caso. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do reconhecimento inicial. **3.5. Partes Relacionadas (Convênio DERSA):** No curso normal de suas operações, a Companhia contraiu obrigações com parte relacionada, destacando-se a cessão de empregados da Desenvolvimento Rodoviário S.A. - DERSA, sociedade de economia mista controlada pelo Governo do Estado de São Paulo. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados por meio da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante, sendo que a dívida foi ajustada a valor presente. **3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social e Imposto de Renda Diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240.000 para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social. **3.7. Provisões:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido em conta de resultado. **3.8. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço. As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **3.9. Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção e reduzido pela depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil-econômica estimada dos bens (Nota nº 8). **3.10. Intangível:** As licenças de computadores e de sistemas de gestão são demonstradas ao custo de aquisição e tem a sua amortização iniciada quando disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro (Nota nº 9). **3.11. Provisão para Recuperação de Ativos - "*Impairment*":** Tendo como objetivo definir procedimentos que visam assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, são eles revistos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, caso existam evidências claras, a empresa reconhecerá a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. Considerando os ativos apresentados no Balanço Patrimonial do ano de 2016, foram realizados levantamentos para a determinação apenas de parâmetros referentes aos valores líquidos de uso[1], e não por venda. Isso porque as atividades da Companhia Docas de São Sebastião são realizadas por delegação, e todos os seus bens devem ser revertidos à União, conforme §4º da cláusula sexta do Convênio de Delegação supramencionado. Cumpre informar que para os próximos anos, nenhum ativo fixo será desativado ou baixado dos controles da empresa, bem como não serão realizadas aquisições para substituição dos bens atuais, não resultando em baixa a esse título. [1] Valor de uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa. **3.12. Receita de Serviços Prestados e Cessão de Uso Onerosa: 3.12.1. Serviços:** As receitas de prestação de serviços com Utilização da Infraestrutura do Acesso Aquaviário; Utilização das Instalações de Acostagem; Utilização da Infraestrutura Terrestre; Utilização das Instalações de Armazenagem são reconhecidas quando existe evidência confiável de que: i) os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. **3.12.2. Cessão de Uso Onerosa:** As receitas estão reconhecidas com base no regime de competência, atualizadas quando aplicável e contratualmente exigido. **3.13. Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das continências passivas e obrigações legais são efetuadas tendo como base os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Sociedade, sempre que a perda for avaliada como provável - o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações - e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os classificados como perdas remotas não são provisionados, tampouco divulgados nas demonstrações financeiras. **3.14. Salários ou Encargos:** Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. **3.15. Gastos Ambientais:** Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como Ativo Intangível do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para mitigar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão de riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia. **3.16. Impostos sobre Receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à incidência do Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Imposto sobre Serviço (ISS), pelo regime de competência. **3.17. Receitas e Despesas Financeiras:** As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pelo Imposto sobre Operações Financeiras e descontos concedidos (Nota nº 19).

4. Caixa e Equivalente de Caixa

	2016	2015
Caixa Geral	1.959	254
Bancos Conta Movimento	165.079	165.192
	167.038	**165.446**
Aplicação Financeira	1.036.091	323.165
Tesouro do Estado	1	2.809.851
	1.036.092	**3.133.016**
	1.203.130	**3.298.462**

5. Clientes: Os valores das contas a receber estão avaliados pelo valor da prestação do serviço, descontados os tributos retidos na fonte e líquidos de provisão para perda. Não houve ajuste ao valor presente das contas a receber, pois as operações têm seu vencimento em 15 (dez) dias úteis, não havendo, assim, efeito relevante para sua evidenciação.

	2016	2015
Clientes	3.412.423	130.915
(-) Provisão Para Devedores Duvidosos	(2.087.034)	–
	1.325.389	**130.915**

Foi constituída a Provisão Para Devedores Duvidosos devido à expectativa de recebimento ser improvável dos seguintes clientes (Nota 5):

	2016
Schahin Engenharia	1.153.106
SLB Ltda.	933.407
RINO Movimento de Carga	521
	2.087.034

6. Impostos a Recuperar

	2016	2015
IRRF	239.942	255.211
CSLL	49.792	46.364
IRPJ/CSLL	392.757	1.166.128
INSS	–	–
ISS	60	1.722
PIS/COFINS/CSLL	–	78.205
	682.551	**1.547.630**

7. Realizável a Longo Prazo

	2016	2015
Clientes a Receber	–	2.797.012
IRPJ sobre Prejuízo Fiscal	7.461.515	5.111.102
CSLL sobre Prejuízo Fiscal	3.250.244	1.839.997
	10.711.759	**9.748.111**

8. Imobilizado

	Taxas Anuais de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	2016 Líquido	2015 Líquido
Dragagem Corretiva	4% a.a.	5.786.693	593.949	5.192.744	1.620.384
Benfeitorias Propriedades de Terceiros	4% a.a.	3.561.296	284.903	3.276.393	2.825.310
Móveis e Utensílios	10% a.a.	1.332.921	490.349	842.572	908.790
Veículos	25% a.a.	565.000	273.554	291.446	317.813
Instalações	10% a.a.	6.641.753	1.649.566	4.992.187	5.154.970
Máquinas e Equipamentos	10% a.a.	4.873.740	626.797	4.246.943	3.350.726
Hardware	20% a.a.	2.361.212	603.290	1.757.922	906.683
Obras Terra-planagem	4% a.a.	225.893.393	6.548.591	219.344.803	26.692.257
Obras em Andamento	–	–	–	–	193.051.199
		251.016.008	**11.070.999**	**239.945.010**	**234.828.132**

9. Intangível

	Taxas Anuais de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	2016 Líquido	2015 Líquido
Licenças de Uso (Software)	5,41% a.a.	18.753.035	3.747.557	15.005.478	15.357.434
Licenças Ambientais-L.O.	4%	26.208.743	5.816.746	20.391.997	19.427.752
Intangível em Andamento	–	–	–	–	2.052.709
		44.961.778	**9.564.303**	**35.397.475**	**36.837.895**

10. Imóveis de Terceiros em Poder da Companhia Docas de São Sebastião: Os bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Porto de São Sebastião e utilizados na exploração das atividades operacionais da Companhia - objeto de levantamento físico, a cargo de comissão constituída conforme Portaria ANTAQ nº 209, de 19 de outubro de 2007, foram registrados em rubricas contábeis de compensação ativa e passiva, pois foram cedidos à Companhia por força do Convênio de Delegação ao Estado de São Paulo. Todavia, a titularidade dos bens patrimoniais em referência continuará com a União. O valor total contabilizado dos bens foi de R$ 42.489.042 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e quarenta e dois reais).

11. Convênio DERSA: A Companhia possui empregado cedido pela acionista Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), onde os gastos são integralmente ressarcidos. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados por meio da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante.

	31/12/16	Adições/ Transferências	Baixas/ Transferências	31/12/15
Passivo Circulante	–	–	26.644	26.644
Passivo Não Circulante	5.030.283	–	73.039	5.103.322
	5.030.283	**–**	**99.683**	**5.129.966**

12. Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores Imobilizado	5.070.290	1.318.043
Fornecedores Outros	919.483	485.492
	5.989.773	**1.803.535**

A Companhia trabalha com prazo médio de 30 (trinta) dias para pagamento de seus fornecedores, motivo pelo qual o ajuste a valor presente foi considerado imaterial.

13. Tributos a Recolher

	2016	2015
PASEP e COFINS	52.469	73.642
ISS	19.156	18.689
Impostos Retidos de Terceiros	148.515	62.354
	220.140	**154.685**

A Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, além de alterar a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração dos tributos incidentes sobre o lucro e a receita, obrigatório a partir do ano-calendário de 2010. A Sociedade optou pelo RTT, que determina que, para fins fiscais, sejam mantidos os métodos e critérios contábeis utilizados pela legislação societária brasileira vigente até 31 de dezembro de 2007, uma vez que não foram adotadas práticas contábeis que pudessem gerar diferimento de imposto de renda e contribuição social. **13.1. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014:** A Medida Provisória n° 627, publicada em 11 de novembro de 2013, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), posteriormente convertida na Lei Federal nº 12.973, de 13 de maio de 2014, traz outras providências, dentre elas: (a) alterações no Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;

continua...

(b) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (c) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (d) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; (e) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

14. Encargos Sociais a Recolher	**2016**	**2015**
13º Salário	–	12.698
INSS sobre Folha	241.388	269.157
FGTS sobre Folha	83.604	84.032
IRRF sobre Folha	164.850	186.697
Contribuição Sindical	1.595	1.305
Outros	1	199
	491.438	**554.088**

15. Provisões de Férias a Pagar	**2016**	**2015**
Provisões de Férias	744.017	838.573
Provisões de Encargos sobre Férias	269.907	307.047
	1.013.924	**1.145.620**

16. Provisão para Riscos Trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, a título de sucessora da atividade econômica do DERSA, no gerenciamento do Porto de São Sebastião. O DERSA atuou como operador do Porto de São Sebastião até o final do ano de 2007. Em sua gestão, passou a reestruturar as atividades portuárias, restringida a ações mais gerenciais, quando então a movimentação de carga passou a ser realizada por operadores portuários previamente cadastrados. Nesse sentido, nos anos de 2003 e 2004, realizou dispensas imotivadas de empregados que estavam vinculados ao Porto de São Sebastião. Tais ex-empregados ingressaram na Justiça Trabalhista e, em sua maioria, adquiriram o direito de reintegração aos seus antigos postos de trabalho. As decisões judiciais somente ocorreram em 2010 e 2011, quando a Companhia Docas já detinha o gerenciamento do Porto e passou a ter que cumprir com as determinações, a título de sucessora da atividade econômica da empresa (gerenciamento do Porto de São Sebastião). Com a nulidade das dispensas declarada nas decisões judiciais, o período de 6 a 7 anos em que os ex-empregados estiveram afastados, foi reconhecido como devido a título de salários.

Provisão para Riscos Trabalhistas

Saldo 2016	Adição	Pagamentos	Saldo 2015
3.578.268	**–**	**711.074**	**4.289.342**

A Companhia está prevendo um desembolso em torno de R$ 1.321.000 (um milhão e trezentos e vinte e um mil reais) para o ano de 2017 e o remanescente para os exercícios seguintes. A Companhia está, ainda, envolvida em outros processos de natureza trabalhista, cujo valor totaliza R$ 491.238 (quatrocentos e noventa e um mil, duzentos e trinta e oito reais) que, por apresentarem probabilidade de perda possível, não tem provisão constituída, na opinião de seus assessores jurídicos.

17. Capital Social: A Companhia possui Capital Autorizado da ordem de R$ 169.000.000 (cento e sessenta e nove milhões de reais), representado por ações ordinárias nominativas, sendo que R$ 17.748.161 (dezessete milhões, setecentos e quarenta e oito mil, cento e sessenta e um reais) encontram-se integralizados. Os recursos financeiros recebidos pelo Acionista Majoritário "Fazenda do Estado de São Paulo", no montante de R$ 278.837.984 (duzentos e setenta e oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais), estão classificados como "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital" composto conforme demonstrado abaixo:

Ano	**R$**
2009	1.100.000
2010	5.000.000
2011	6.688.162
2012	26.976.384
2013	109.356.821
2014	93.573.384
2015	26.116.982
2016	10.026.251
Total	278.837.984

A deliberação CODEC 1/91 de 12.09.91, estabelece na seção V - Artigo 14, que as empresas em que o Estado participa, direta ou indiretamente como acionista majoritário, e que tenham em seus Estatutos Sociais especificação para autorização de aumento do limite do Capital Social autorizado, como também, do seu respectivo aumento, a ser deliberado pelo Conselho de Administração (inciso II do artigo 166 da Lei nº 6404/76), somente poderão realizar o aumento e autorizar as respectivas emissões de ações, após pronunciamento do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC. Por força da já citada Deliberação CODEC nº 1/91, a matéria deverá ser objeto de parecer preliminar daquele Colegiado, para posterior e oportuna deliberação do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião.

18. Despesas Administrativas e Custos Operacionais: Os gastos da Companhia no decorrer do ano estão evidenciados conforme quadro abaixo:

	Despesas Administrativas		**Custos Operacionais**	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Pessoal e Encargos	5.401.317	6.695.556	8.528.847	11.231.550
Utilidades	710.159	711.517	853.727	1.015.630
Serviços de Terceiros	2.025.665	2.437.175	1.661.604	1.862.272
Depreciações/Amortizações	4.486.761	1.934.365	3.210.106	2.546.817
Despesas com Ocupação	888.624	794.871	26.858	27.782
Cessão de Pessoal	36.897	32.940	426.241	402.997
Diversos	36.879	4.278	259.539	184.315
Provisão para Devedores Duvidosos	2.087.034	–	–	–
	15.673.336	**12.610.702**	**14.966.922**	**17.271.363**

19. Resultado Financeiro: As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pelo Importo sobre Operações Financeiras e descontos concedidos. O Resultado Financeiro da Companhia é evidenciado conforme quadro abaixo:

	2016	**2015**
Receitas Financeiras	402.617	483.444
Despesas Financeiras	(429.048)	1.187
Resultado Financeiro	(26.431)	484.631

20. Salários a Pagar: A Lei nº 16.334, de 9 de dezembro de 2016, e o Decreto Estadual nº 62.331, de 20 de dezembro de 2016, autorizaram a abertura de crédito especial no valor de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para pagamento de despesas de Pessoal e Encargos. Os itens orçamentários apresentados no crédito especial não foram adequados para a liquidação de todas as obrigações da Companhia e diante da impossibilidade de remanejamento do saldo orçamentário entre grupos de despesa no exercício de 2016, após a liquidação das despesas com pessoal, restou a alternativa de utilização do dispositivo previsto no artigo 176, §2º, das Constituições Federal e Estadual, que dispõem que "Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos os limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente". Para o exercício de 2016 foram utilizados R$ 1.658.030 para pagamento de Salários e encargos.

21. Cobertura de Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitá-los, buscando coberturas compatíveis com seu porte e operação no mercado. A cobertura foi contratada para cobrir eventuais sinistros envolvendo as instalações da Companhia situadas na região portuária de São Sebastião e na sede da Companhia no município de São Paulo. As apólices de seguros contemplam riscos contra incêndio, explosão e fumaça, danos elétricos, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves, perda de aluguel, subtração de bens, responsabilidade civil, quebra de vidros, lucros cessantes e danos morais.

São Paulo/SP, 13 de abril de 2017.

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da **Companhia Docas de São Sebastião,** reunidos na Rua Boa Vista, nº 162, 7º andar, Centro, no município de São Paulo/SP, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, analisaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e demais documentos referentes ao término do citado exercício, deliberaram que as referidas propostas reúnem condições de serem submetidas à aprovação dos Senhores Acionistas, por estarem de acordo com os artigos 12, 14, 166, 170 e 171 da Lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como com a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

São Paulo, 24 de abril de 2017.

Parecer do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da **Companhia Docas de São Sebastião,** reunidos na Rua Boa Vista, nº 162, 7º andar, Centro, no município de São Paulo/SP, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, analisaram o Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, Relatório da Administração, as Contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e demais documentos referentes ao término do citado exercício; entendendo que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e contábil da Companhia, opinam pela sua conformidade e deliberaram que sejam submetidos aos acionistas para aprovação na Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 24 de abril de 2017.

Diretoria

Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho
Diretor Presidente
Felipe Elias Miguel - Diretor de Administração e Finanças
Alfredo Mariano Bricks - Diretor de Gestão Portuária
Jorge Yukio Sangara
CT 1 SP 261545/0-5

Conselho de Administração

Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho
Roberto Yoshikazu Yamazaki
Agnaldo Rodrigues da Silva
Luiz Felipe da Costa Santana

Conselho Fiscal

Maria de Fátima Alves Ferreira
Luiz Antonio Carvalho Pacheco
Carlos Roberto Ruas Junior
Reynaldo Aben-Athar de Sousa
Samir Toledo da Silva

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Conselheiros **Companhia Docas de São Sebastião.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas de São Sebastião, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas de São Sebastião em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2017

LCC Auditores Independentes
CRC nº 2SP029650/O-4

Marcello Lopes dos Santos
Contador CRC nº 1SP188429/O-2

Documento Assinado Digitalmente
Autoridade Portuária